



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: TENSÕES ENTRE O CONTEXTO POLÍTICO E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

National Common Curriculum Base: tensions between the political context and teaching in Early Childhood Education

Andreia do Nascimento SANTOS

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Osório, Brasil

andreia-santos@uergs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4843-5025> 

Rochele da Silva SANTAIANA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Osório, Brasil

lrochele-santaiana@uergs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1825-0097> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

O trabalho objetiva analisar possíveis tensões entre contexto político em que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi implementada e o governo da conduta dos docentes da Educação Infantil. Metodologicamente, a pesquisa traz contribuições de autores do campo teórico pós-crítico e os estudos desenvolvidos por Michel Foucault. Como corpus analítico, foi tomado o documento normativo Base Nacional Comum Curricular, referente à Educação Infantil. Sendo utilizada em uma análise discursiva documental, a Base foi compreendida enquanto estratégia discursiva de governo das condutas dos docentes. Para tanto, como ferramenta teórico-analítica, utilizamos o governo. Nesse contexto de investigação, pode-se constatar que a BNCC busca orientar a organização do trabalho pedagógico com crianças, seguindo prescrições engendradas na lógica de competências e habilidades, afeitas a racionalidade neoliberal. A análise do discurso realizada no documento aponta que ao incorporar conhecimentos universalizantes para todos os sujeitos da Educação Infantil, a BNCC se utiliza estrategicamente da teorização dos campos de experiência. A pesquisa considera que estrategicamente práticas discursivas se constituem numa rede de saber e poder específico, que definem e governam a educação das crianças contemporaneamente, valendo-se de discursos tomados como verdades para docência na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Governo. Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil. Docência.

ABSTRACT

This work aims to analyze possible tensions between the political context in which the National Common Curricular Base (BNCC) was implemented and the governance of the conduct of Early Childhood Education teachers. Methodologically, the research draws on contributions from authors in the post-critical theoretical field and studies developed by Michel Foucault. The normative document, the National Common Curricular Base, referring to early childhood education, was used as the analytical corpus. Employed in a discursive documentary analysis, the Base was understood as a discursive strategy for governing the conduct of teachers. To this end, we used the concept of governance as a theoretical-analytical tool. In this context of investigation, it can be seen that the BNCC seeks to guide the organization of pedagogical work with young children, following prescriptions engendered in the logic of competencies and skills, related to neoliberal rationality. The discourse analysis carried out on the document indicates that, by incorporating universalizing knowledge for all subjects in early childhood education, the BNCC strategically uses the theorization of fields of experience. The research considers that, strategically, discursive practices constitute a specific network of knowledge and power that defines and governs the education of children in contemporary times, making use of discourses taken as truths for teaching in Early Childhood Education.

KEYWORDS: Governance. Common National Curriculum Base. Early Childhood Education. Teaching.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um recorte de pesquisa de dissertação intitulado “A Base Nacional Comum Curricular como estratégia de governamento da docência na Educação Infantil”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O seguinte recorte objetiva analisar as possíveis tensões do contexto político em que a Base Nacional Comum Curricular foi implementada e o governamento de condutas docentes para a Educação Infantil.

Contemporaneamente, a Educação Infantil tem ganhado grande destaque no contexto educacional e das políticas públicas, devido às intensas transformações relacionadas ao entendimento de que o campo é, historicamente, marcado por tensões, no que diz respeito às diferentes concepções e possibilidades de se pensar a educação das crianças.

Com o processo de redemocratização e intensificação de movimentos sociais, o fortalecimento da Educação Infantil no Brasil ocorreu com os avanços nos estudos sobre crianças e infâncias e o reconhecimento oficial da mesma como primeira etapa da Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 (Brasil, 1996), que reitera o direito das crianças à educação, afirmado na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Assim, a educação das crianças de zero a seis anos adquiriu uma nova ordem no campo das políticas e das teorias educacionais. A inclusão da Educação Infantil na LDBEN, em uma seção, reconhecida enquanto primeira etapa da Educação Básica, pensa em novas demandas e dinâmicas da cultura e da sociedade (Barbosa, 2000).

Maria Carmen Silveira Barbosa (2000) lembra-se da importância que a inserção da Educação Infantil teve no capítulo da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, pois ainda que todos sejam interdependentes entre si, há uma necessidade de articulação entre os níveis e não de subordinação entre eles. A autora ainda evidencia o uso da palavra “educação” e não “ensino”, demonstrando uma visão mais ampla dos processos pedagógicos necessários para essa faixa etária.

De acordo com Anflor e Santaiana (2020, p. 318):

[...] as políticas destinadas à infância produzem um campo de saber e poder, gerando com isso possibilidades de intervenção, sujeitando-a a uma verdade do que é o melhor para elas. Assim, se instituem e se acoplam às práticas discursivas

e não discursivas, cujo resultado acaba sendo a produção de uma infância governada, segundo normatividades da sociedade que se empreende.

Assim, as autoras destacam que as políticas para a infância e a Educação Infantil construíram um campo de saber, o qual conformou práticas normativas, que buscam, entre tantas coisas, governar o eventual campo de ação da docência. Considerando as especificidades da primeira etapa da Educação Básica, emerge por parte do Ministério da Educação, a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), bem como a homologação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), com a inclusão de um capítulo específico à Educação Infantil. Os documentos mencionados buscam orientar a organização do trabalho pedagógico com crianças, orientações estas que no decorrer desse estudo serão mais bem esmiuçadas.

Para fins de organização do texto, este será composto por quatro momentos. Em um primeiro momento, realizamos uma discussão sobre o contexto de implementação da Base Nacional Comum Curricular no cenário contemporâneo. Em seguida, apresentamos as teorizações foucaultianas, bem como o governo como lente teórico-analítica. A terceira parte apresenta as análises e discussões sobre tensões entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o governo da docência. Por fim, são apresentadas algumas considerações e possibilidades deste estudo.

CONTEXTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO: A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BASE

Em abrangência nacional, a resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. A elaboração da BNCC tem por objetivo, definir os conhecimentos mínimos e indispensáveis que os estudantes da educação básica precisam construir ao longo do processo de escolarização. Em um caráter normatizador, sua implementação vem produzindo diferentes impactos nas políticas públicas, provenientes do governo federal, estadual e municipal, que deliberam sobre o sistema educacional brasileiro (Gerhardt; Santaiana, 2019).

As orientações curriculares da BNCC para a Educação Infantil propõem a organização do planejamento a partir do cotidiano das crianças, mediante uma intencionalidade educativa das práticas pedagógicas na creche e na pré-escola. De acordo com Carvalho e Fochi (2017), a construção de uma Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil representa o fortalecimento e a consolidação dessa

etapa como a primeira da Educação Básica. Entretanto, esse processo não é neutro nem consensual. Ao mesmo tempo em que amplia o reconhecimento político da Educação Infantil, a BNCC também opera como um instrumento de regulação curricular que pode tensionar práticas pedagógicas e padronizar experiências educativas.

A primeira versão do documento foi publicada em 2015. O processo inicial de elaboração da BNCC para a Educação Infantil, pautou-se no princípio da democracia, por meio de consulta pública, disponibilizada a todo(a) e qualquer cidadão(ã), bem como, reuniões em diversas regiões do Brasil, realizadas por especialistas da Educação Infantil, como Maria Carmen Silveira Barbosa, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, Silvia Helena Vieira Cruz e Paulo Sérgio Fochi, com o objetivo de escutar as narrativas e contextos que envolvem a educação das crianças e suas infâncias.

Além dos profissionais envolvidos com a primeira versão da BNCC, para a proposta preliminar da segunda versão revista, o Ministério da Educação, convoca Eloisa Acires Candal Rocha, Vânia Carvalho de Araújo, Tizuko Morchida Kishimoto e Sonia Kramer, pesquisadoras da área da Educação Infantil, para discutir publicamente os pareceres sobre a primeira versão.

Após o impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a posse do presidente Michel Temer, assumem os representantes do Ministério da Educação Mendonça Filho e Maria Helena Castro. Nesse novo cenário, o documento passou pela sua terceira versão (final), vinculado ao “Movimento Todos pela Base”, com apoio institucional de diversas mantenedoras, sendo pouco debatida entre os educadores.

Segundo as autoras Traversini e Mello (2020), a elaboração da BNCC foi produzida a partir de um processo de tensões. No contexto político em que a BNCC foi pensada, delineia-se três movimentos importantes que envolveram a sua implementação. De acordo com Traversini e Mello (2020), o primeiro movimento diz respeito ao “I Seminário Nacional: Currículo em Movimento” (Brasil, 2010), o qual tinha como objetivo, selecionar os conceitos que integrariam os currículos nas redes de ensino, pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O segundo movimento diz respeito ao posicionamento crítico de diversas publicações, no que diz respeito ao processo de construção e consulta pública on-line, da primeira e segunda versão da Base, “[...] as publicações chamam atenção para a ênfase na educação voltada para o mercado de trabalho/demandas da economia; ausência de planejamento de implementação articulada com a formação continuada” (Traversini; Mello, 2020, p. 6).

O último movimento destacado por Traversini e Mello (2020), corresponde à consolidação da BNCC, que estabelece em forma de competências, unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades, as aprendizagens para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (2017), e em seguida, compila com a do Ensino Médio (2018). Devido ao seu caráter normativo, a implementação da Base pelas escolas públicas e privadas não é opcional, e sua adequação deveria ter sido efetivada até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020 (Brasil, 2017).

Nesse processo de tensões, é possível identificar os contornos que a Base foi se delineando, a partir de uma tentativa de alinhar-se aos conceitos de competências e habilidades, considerados válidos para “nossa época atual” (Veiga-Neto, 2018, p. 38). Ainda nesse cenário político, podemos verificar alguns discursos que vêm constituindo a docência na Educação Infantil, que balizam metas e formas de agir pedagogicamente, pois:

[...] a docência é produzida por meio de um conjunto de saberes, normas e práticas específicas. Esses saberes e normas são instituídos a partir das condições políticas de um determinado tempo. Assim, pensar a constituição da docência implica em um mapeamento dos modos de regulação dessa atividade (Silva, 2014, p. 409).

Assim, para entender o contexto político contemporâneo, apresentamos alguns deslocamentos importantes na construção e implementação de uma Base em território nacional. Destacamos a importância de tais deslocamentos para o governo da docência na Educação Infantil, uma vez que, estas, regulam a prática docente e as formas de exercer a docência na primeira etapa da Educação Básica.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Ao lançar um olhar genealógico sobre os modos pelos quais nos tornamos sujeitos modernos, Foucault, na década de 1970, concentrou suas investigações em torno das práticas de governo, que para o autor são compreendidas como um conjunto de ações pelas quais vão se constituindo as condutas (Veiga-Neto, 2019). É inspirada nessa perspectiva que este estudo se deslocou teórica e analiticamente.

Nessa perspectiva de estudo, utilizamos as contribuições de Alfredo Veiga-Neto (2018) sobre as relações entre o contexto contemporâneo e a educação. Para o professor, o governo (e alguns outros conceitos) contribuem para pensar a educação não só nos espaços escolares, mas também no âmbito do Estado. Para isso, Veiga-Neto (2018, p. 37) salienta a necessidade de “[...] estar sempre atento às

condições sociais, econômicas, políticas e culturais, específicas de cada cenário estudado.” Assim, tensionar o contexto de implementação de uma Base em território nacional, com as relações saber-poder, possibilita pensar na fabricação de sujeitos docentes contemporâneos.

Assim, a pesquisa traz contribuições de autores pós-estruturalistas e os estudos foucaultianos. As noções de governo são utilizadas nesse trabalho, possibilitando problematizar um conjunto de práticas que se disseminam pela sociedade – referente à docência e à educação das crianças e seus direitos – que têm por objetivo governar a população docente.

Nesse sentido, na ordem vocabular, Veiga-Neto (2002) no II Colóquio internacional Michel Foucault destaca o duplo sentido atribuído à palavra governo na perspectiva foucaultiana. Na instância macropolítica, Governo faz menção ao Governo federal, Governo Lula; já na instância micropolítica, atribui-se governo à microfísica, no sentido de condução das condutas.

Ao fazer esta distinção, Veiga-Neto (2017) propõe, na Língua Portuguesa, a expressão governo, para designar as questões de ação ou ato de governar. Assim, o conceito de governo diz respeito a como o poder se exerce, a partir da ação de uns sobre outros ou sobre si mesmo. Ou como se governa a conduta de outro, algo que para o tema deste trabalho se torna importante para o estabelecimento de discussões e análises.

Bujes (2005), ao pensar nas ações e estratégias que visam “capturar” os sujeitos, compreende a noção de governo em Foucault como exercício de poder, que busca conduzir as condutas dos indivíduos e das populações. Assim, com instauração da Modernidade, as crianças tornam-se parte da população, alvo de investimento, que:

[...] passaram a ser medidas, calculadas, categorizadas, descritas, ordenadas e organizadas não só do ponto de vista estatístico, com um interesse mais propriamente demográfico, mas também pela produção crescente de conhecimento sobre elas e sobre os fenômenos de sua vida – com evidentes efeitos de instituição dos chamados índices de normalidade – o que é revelador de um fato: elas se tornaram, assim, alvo de determinadas instituições e objetos do saber (Bujes, 2005, p. 193).

Essas novas formas de conceber a infância e a criança, que emergem na Modernidade, “[...] construíram a necessidade de criação e consolidação de instituições específicas para educar a infância e proteger a criança, separando-a do mundo adulto” (Horn; Fabris, 2017, p. 1106). Com a institucionalização e escolarização do sujeito criança, os saberes científicos da Pedagogia orientam formas específicas de vida,

conduzindo sobre o comportamento, a aprendizagem, a amizade, a postura e as boas maneiras das crianças (Horn; Fabris, 2017).

A pedagogia, a educação e a escola, nesse contexto, funcionam como elementos essenciais para iniciativas de programas e campanhas que envolvem a saúde das massas como também, reprodução de normativas, hábitos e condutas (Gadelha, 2009). As crianças se tornam alvo de investimento pedagógico científico, no qual, buscam conhecê-las e descrevê-las para uma regulação da vida (Brodt, 2013). Os professores e educadores situam-se como “defensores” desse processo.

No contexto contemporâneo, podemos identificar a Base Nacional Comum Curricular como aquela capaz de orientar as ações dos docentes, para então, governar a vida e o corpo da população, pois o documento desenvolve um conjunto de estratégias discursivas para conduzir a conduta do sujeito docente na Educação Infantil, isto é, seu arranjo curricular propõe formas específicas de exercício docente nas instituições de Educação Infantil.

Para Rodrigo Saballa de Carvalho (2011, p. 130), as noções de docência nos documentos legais, buscam “[...] entre outros aspectos, disciplinar, regular e “produzir” sujeitos de um determinado tipo”, assim, por modificar a organização curricular da Educação Básica, as práticas de governo, operadas pela Base Nacional Comum Curricular (2017), funcionam “[...] como uma ação de forças mais ou menos refletida e calculada que estrutura uma eventual maneira de atuação, na medida em que exerce um tipo de poder que incita, estimula, e impele os indivíduos a seguir uma determinada direção” (Foucault, 1995 *apud* Carvalho, 2011, p. 131).

Compreendemos esses jogos de poder, a partir dos estudos de Oliveira (2020), no qual ressalta que a BNCC – construída por tensionamentos, no que diz respeito aos saberes que foram selecionados e não selecionados ao currículo – compõe uma política macro, no qual sua ação não fica centrada numa instituição estatal, mas sim se dissemina por todo o social. Nessa linha, Oliveira (2020), apresenta alguns discursos que circulam em torno da BNCC nas mídias eletrônicas, nos evidenciando que estes:

[...] operam na fabricação de uma representação docente e agem no exercício dos processos de subjetivação dos mesmos quando reforçam a ideia positiva de uma Base Comum e, assim, passam a governar suas condutas de maneira que, para ser um “bom” professor(a), faz-se necessário reformular sua prática pedagógica, a fim de atender às novas demandas impostas pela BNCC (Oliveira, 2020, p. 44).

Ora, a BNCC opera na direção das condutas dos docentes, produzindo discursos e outras formas de exercer a docência, legitimando assim, o que é melhor para a

educação nacional contemporaneamente (Oliveira, 2020). Nesse sentido, tais noções de governo utilizadas nesse trabalho, possibilitam problematizar um conjunto de práticas discursivas e prescritivas que se disseminam pela sociedade e que têm por objetivo governar a docência na Educação Infantil.

Para analisar as possíveis tensões entre o contexto político de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o governo da conduta dos docentes da Educação Infantil, realizou-se análise documental da BNCC, bem como das discussões acerca dessas tensões e do cenário político que marcou sua implementação. Nesse movimento, destaca-se a importância de reconhecer as lutas e as relações de poder/saber imbricadas na produção desse documento para a contemporaneidade.

O estudo documental permite refletir sobre as marcas históricas de uma sociedade, suas formas de pensar e de viver. Expressa uma racionalidade instituída, produzida por meio de relações de poder que estabelecem, em seus discursos, modos de vida considerados válidos em determinada época. Nesse sentido, a análise documental mostra-se profícua para a pesquisa em desenvolvimento, pois viabiliza a problematização do discurso que sustenta a Base Nacional Comum Curricular na contemporaneidade. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa, iniciou-se a análise documental do dispositivo legal, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: documento de análise

DOCUMENTO	TÓPICOS A SEREM ANALISADOS	SITE
Base Nacional Comum Curricular (3ª Versão)	Introdução do documento; A etapa da Educação Infantil; * A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular * A Educação Infantil no contexto da Educação Básica * Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil * Os campos de experiências: (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).	Versão homologada / final

Fonte: autoras (2022).

Assim, para além de seu campo conceitual, adota-se o governo como ferramenta teórico-analítica, o que permite examinar a BNCC como estratégia de governo dos sujeitos da Educação, mais especificamente dos docentes da Educação Infantil, a partir de políticas de investimento que se constituem em uma rede específica de saber e poder. Essa rede materializa-se na BNCC ao conduzir o currículo da Educação Infantil em âmbito nacional e exerce-se na direção da conduta dos docentes que atuam com crianças de 0 a 6 anos.

Desse modo, realizou-se análise discursiva documental com a ferramenta analítica do governo, tomando a Base Nacional Comum Curricular à luz da teorização de Michel Foucault, bem como das discussões acerca das tensões e do contexto político que marcaram sua implementação. Destaca-se, nesse processo, a importância de reconhecer as lutas e as relações de poder/saber imbricadas na produção desse documento na contemporaneidade. Esse procedimento investigativo foi escolhido para examinar os sentidos mobilizados pelos documentos analisados.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente (Le Goff, 1990, p. 547–548).

Tal reflexão sobre análise dos documentos possibilita pensar nas marcas históricas de uma sociedade, sua maneira de pensar e viver. Expressa uma racionalidade instituída, produzida por meio das relações de poder, que estabelecem em seu discurso, modos de vida válidos para determinada época. É nesse sentido, que a análise documental é fértil para a pesquisa em desenvolvimento, uma vez que, viabiliza analisar as possíveis tensões do contexto político em que a Base Nacional Comum Curricular foi implementada e as estratégias de governo dos sujeitos da Educação, mais especificamente os docentes da Educação Infantil.

TENSÕES ENTRE A BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O GOVERNAMENTO DA DOCÊNCIA

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem um regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2011, p. 12).

Iniciamos com as palavras de Foucault para elucidar a noção de verdade em nossa sociedade. A partir do excerto, podemos compreender que a verdade é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que as produzem. Assim, as políticas públicas educacionais, destinadas à Educação Infantil, são tomadas nessa investigação como práticas discursivas que reúnem, repetem, confirmam, comentam, reatualizam, mas também excluem, “[...] rechaçam, interditam argumentos e práticas educacionais

que se têm formulado em termos de conhecimento para essa etapa da educação básica” (Richter, 2013, p. 13).

Para Santaiana *et al.* (2021), essas práticas discursivas, contidas nos documentos legais, no caso desta investigação a BNCC, representam uma rede de significados, os quais constituem e governam as discussões sobre a Educação Infantil, bem como a ação de docentes, gestores, gestoras e das infâncias.

Nesse sentido, como parte analítica deste artigo, destacamos como corpus empírico, alguns discursos que compõem a Base Nacional Comum Curricular em sua versão final, implementada no ano de 2017, sendo esses excertos destinados para a docência na Educação Infantil. Com base na metodologia construída para essa investigação, o texto da presente seção busca evidenciar algumas reflexões acerca da análise do documento normativo. Os excertos estão organizados em forma de quadros, a fim de apresentar os modos específicos da ação docente na Educação Infantil.

O primeiro tópico legal a ser analisado, conforme se apresenta no Quadro 1, é a introdução do documento. Justifica-se importante pelo seu conjunto argumentativo em defesa das aprendizagens essenciais e as competências gerais para a Educação Básica, buscando assim “[...] unificar o que seria um currículo mínimo para o processo de ensino aprendizagem em todo o território brasileiro” (Santaiana *et al.*, 2021, p. 1194).

Quadro 1 – Introdução do documento

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2017, p. 7).
Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2017, p. 8).
É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica [...] inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (Brasil, 2017, p. 8-9).

Fonte: BNCC (2017).

O processo de implementação da Base foi marcado por tensões. Na primeira e segunda versão, a BNCC foi estruturada a partir da noção de direitos de aprendizagem e somente na versão final, ao ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, que o conceito de competência é mencionado. Essa modificação estabelece uma importante

luta da Base pela hegemonização de uma ideia de currículo nacional, ou seja, universalizar uma concepção particular de educação de qualidade (Macedo, 2019).

Ao destacar as competências gerais para a Educação Básica, desenvolvido por meio de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, o documento espera que os estudantes “[...] possam resolver as situações pertinentes à cotidianidade, ao exercício da vida cidadã e ao mundo do trabalho” (Junior; Dias; Voos, 2020, p. 188) no qual, devem ser tratados de forma integral. Esse cenário gera reverberações na organização curricular da Educação Infantil.

Nessa direção, por se tratar de um documento de referência nacional para o alinhamento de políticas e ações em âmbito, federal, estadual e municipal, bem como na formulação das práticas pedagógicas das instituições escolares, “[...] é necessário compreender a implicação da Base em relações de disputa, de força e de produção de subjetividades; precisa ser entendida como um elemento estratégico na regulação das condutas sociais” (Silva; Freitas, 2020, p. 2).

[...] se por um lado, a BNCC consiste em um documento de regulação e controle da Educação Básica, balizador da formação de professores tanto inicial quanto continuada, da produção de material didático e tecnologias e das avaliações em larga escala; por outro, os textos oficiais não acontecem idealmente como foram pensados. O currículo acontece nos tempos e espaços da escola, ou seja, nos complexos e heterogêneos contextos que lhe darão vida e concretude. Currículos acontecem nas salas de aula, são criados pelos professores a cada momento (Traversini; Mello 2020, p. 5).

Dessa forma, ao olhar para a Educação Infantil, Santaiana *et al.* (2021, p. 184) destacam que propor aprendizagem, através das competências e habilidades “[...] acarreta uma incoerência que não possibilita um desenvolvimento realmente preocupado com a integralidade do desenvolvimento infantil”. Ou seja, o foco na competência, de forma sequencial, busca a uniformização e homogeneização curricular.

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento elencadas com as competências e habilidades, dispostas pela BNCC (2017), são entendidos por Carvalho (2021, p. 73–74) como aqueles capaz de gerar “[...] o apagamento cada vez maior da autoria docente e a desconsideração da diversidade regional de nosso país e dos contextos de desigualdade econômica e social em que estão situadas nossas instituições públicas de Educação Infantil”. Ou ainda, a disseminação de modelos de exercício de docência.

De modo geral, para analisar as tramas discursivas em torno da docência na Educação Infantil, por meio do trabalho com as crianças, é necessário compreender que a construção da BNCC, ao prescrever conteúdos mínimos, a partir de competências e

habilidades, busca a implementação de um currículo comum, em um campo de tensões, entre a uniformização e homogeneização, e as lutas pelas diversidades regionais, estaduais e locais.

Essa padronização e incoerência faz referência à organização curricular da primeira etapa da Educação Básica, no qual a Educação Infantil é pensada a partir de um arranjo curricular organizado em Campos de Experiência. Como podemos visualizar no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Arranjo curricular organizado por campos de experiência

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver (Brasil, 2017, p. 25).
Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) (Brasil, 2017, p. 25).

Fonte: BNCC (2017).

O currículo organizado por campos de experiências está presente em outros países. Uma das principais inspirações é a proposta Itália, que a partir do documento de Indicação Nacional Italiana (1991) e posteriormente revisado em setembro de 2012, pelas Indicações nacionais para o currículo da escola da infância e do primeiro ciclo de instrução, propõe um conjunto de objetos, situações, imagens e linguagens para acompanhar as aprendizagens progressivamente das crianças.

Assim, a proposta “Campos de Experiência” ocupa o centro do debate pedagógico contemporâneo na Educação infantil por ir ao encontro com a perspectiva de uma educação plural nos modos de ser criança, bem como a necessidade de diversidade das infâncias, a multiplicidade das formas de vida infantil e as formas dos adultos se relacionarem com as crianças e as práticas escolares (Horn; Fabris, 2017).

Ao fazer uma leitura da BNCC-EI, Carvalho et al. (2021) compreendem que a concepção de currículo da Educação Infantil passa por um processo de colonização. A organização curricular por campos de experiência para a Educação Infantil brasileira, com inspiração no currículo italiano, revela perspectiva eurocêntrica, desconsiderando, assim, os contextos da educação brasileira e o acúmulo de pesquisas desenvolvidas na área da Educação Infantil nas últimas duas décadas.

Ainda, partindo dos cinco Campos de Experiência, o documento evidencia, com base nas competências e habilidades, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três grupos por faixa etária. Ao fazer essa organização, o documento

reitera os aspectos no qual foi sendo consolidada e propõe um planejamento para produzir sujeitos competentes. Revelando assim, uma posição contraditória à proposta inicial (Santaiana *et al.*, 2021).

Vejamos que, os Campos de Experiências abordam a integralidade dos sujeitos. Desse modo, podemos destacar uma ruptura na produção de um currículo que atenda as necessidades dos docentes e das crianças, na versão final da BNCC. Essa incongruência entre Campos de Experiências e as exigências da BNCC, se apresenta por meio de uma lista interminável de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento a serem atingidos por três faixas etárias de forma fragmentada e por Campos de Experiências isolados e de maneira segmentada.

Tais objetivos assumem predominantemente um caráter comportamental e instrucional, centrado na verificação de desempenhos individuais e na mensuração de aprendizagens. Segundo Silva *et al.* (2023), os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento apresentados na BNCC, para cada faixa etária, são orientações pedagógicas que buscam uma avaliação das crianças já na Educação Infantil, com base em objetivos e habilidades comportamentais. Essa lista de objetivos, explicitada pela BNCC, circunscreve as práticas dos professores por meio de uma série de modelos que, por sua vez, incidem sob o governo dos docentes (Silva *et al.*, 2023).

Essa listagem de objetivos tem sido ampliada nos documentos curriculares das cidades, na produção de material didático, nas orientações para os planejamentos dos(as) docentes e também em alguns municípios, servindo como critério para elaboração de pautas de observação/avaliação das crianças (Carvalho *et al.*, 2021, 41).

Do protagonismo infantil, desejável com as crianças no centro dos acontecimentos, somos investidos por um documento que pauta em listagens objetivas, quais competências e habilidades são consideradas úteis e necessárias para a sociedade contemporânea. Para isso o governo das condutas docentes se faz imprescindível. Não nos colocamos em oposição a oportunidade política que todas as crianças em diferentes regiões do país tenham acessos mínimos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos, mas consideramos complexa a forma como a BNCC se utiliza de um referencial como o advindo dos campos de experiência, e ao mesmo tempo traz em suas orientações uma ortopedia infantil distribuída em idades e objetivos a serem desenvolvidos pelos docentes.

“Adaptando-se ao convívio social”¹, “Contar oralmente objetos”², “Comunicar suas ideias e sentimentos”³, “Manipular materiais diversos e variados”⁴, “Relatar experiências e fatos acontecidos”⁵, são alguns dos exemplos de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que fazem parte do cotidiano das creches e pré-escolas e que tendem a orientar as professoras, funcionando como guia para o planejamento e para a ação docente.

Ao destoar das preposições dos Campos de Experiência, que tem como compromisso a integralidade do sujeito, o documento evidencia as possibilidades de planejamento e propostas por meio de objetos de conhecimentos, buscando organizar modos específicos de exercício da docência na Educação Infantil, como podemos visualizar no excerto a seguir (Quadro 3):

Quadro 3 – Intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (Brasil, 2017, p. 39).

Fonte: BNCC (2017).

Assim, no que diz respeito ao exercício da docência, a BNCC, por meio de uma intencionalidade pedagógica, busca organizar modos específicos de exercício da docência com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, produzindo assim, modelos de docência seguindo normatividades da sociedade que se empreende. Nesse sentido,

[...] a BNCC não é apenas uma nova política curricular. Ao contrário, organiza-se como um forte dispositivo de indução a mudanças em outros setores da política educacional, a saber: na de formação de professores, na de avaliação, na de produção de materiais e insumos tecnológicos e na do livro didático (Campos et al., 2019, p. 172).

¹(EI01EO06) - Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Bebês (zero a 1 ano e 6 meses);

²(EI02ET07) - Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses);

³(EI03EO04) - Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses);

⁴(EI01ET05) - Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Bebês (zero a 1 ano e 6 meses);

⁵(EI02EF05) - Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses);

Desse modo, a BNCC produz novas formas de governo e, principalmente, produz efeitos na formação continuada de professores, pois o documento atrela sua implementação à formação desses docentes (Campos et al., 2019). Nesse contexto, o foco na formação continuada de professores está diretamente relacionado às orientações e às exigências estabelecidas pelo próprio documento. Tal organização torna-se mais explícita quando a BNCC afirma que “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações” (Brasil, 2017, p. 39), evidenciando um modelo específico de docência.

Verifica-se que, ao buscar estruturar uma maneira de atuação docente na primeira etapa da Educação Básica, por meio de uma intencionalidade educativa, a Base Nacional Comum Curricular (2017) utiliza-se do discurso dos Campos de Experiência, que considera a criança a sua centralidade, as trocas entre as crianças e entre adultos e crianças e o desenvolvimento do senso crítico, da pesquisa e da resolução de problemas sociais.

A partir do discurso curricular, os(as) docentes posicionam-se (e são posicionados) no interior de certas regras, através das quais podem vir a conduzir os outros e a si mesmos, fundamentados no que consideram exercício adequado da docência. Ao investirem em um modo de atuação docente, tomando como referência a discursividade curricular, os(as) docentes inventam um campo possível para as suas ações – governando-se a si mesmos (Carvalho et al., 2021, 37).

Sob alguns dos aspectos acerca da BNCC, Maria Renata Alonso Mota (2019), ao buscar compreender os efeitos para o currículo e a prática pedagógica, bem como, para o trabalho do(a) professor(a) que atua com as crianças de zero a cinco anos e onze meses, ressalta que as políticas públicas educacionais para a Educação Infantil no Brasil produzem uma (re)configurações nas práticas pedagógicas para as creches e pré-escolas, a partir de uma determinada racionalidade política.

Assim, as políticas educacionais atuais têm provocado efeitos na organização e nas práticas pedagógicas da etapa, ao instaurarem uma lógica de padronização e uniformização das experiências educativas. No que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular, podemos citar, por exemplo, o aligeiramento na apresentação da concepção de Educação Infantil; a ausência de investimento teórico no desenvolvimento dos conceitos, concepções e especificidades do currículo na Educação Infantil; bem como a desarticulação da BNCC com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as especificidades dos bebês e o respeito às diferenças. “Tal direcionamento precisa ser problematizado, tendo em vista que apresenta uma posição pautada na homogeneidade e na prevalência de um único padrão cultural” (Mota, 2019, p. 3).

Em uma análise do contexto contemporâneo, podemos destacar as novas transformações na forma em que vivemos. A construção e implementação de uma Base que busca estabelecer conhecimentos, competências e habilidades para que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade, bem como uma intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, são praticáveis devido a uma organização política social e econômica da atualidade.

Aprendemos com Foucault (2007) que o poder produz saber, e se reveste de intencionalidades aparentemente produtivas e positivas. Mas as práticas de governo que podemos verificar no excerto em destaque se evidenciam: organizar, planejar, mediar, garantir o desenvolvimento plural. Tais condutas são expressas para que sejam desejáveis e praticadas pelos docentes, e às lendo fora do contexto poderíamos nos questionar que não são em si prejudiciais. No entanto, na perspectiva teórico analítica em que se encontra esse artigo analisamos que a BNCC coloca em marcha um governo bem mais profundo e pontual na docência para Educação Infantil. Não é qualquer forma de conduzir-se que é desejável, mas aquela que pautada em objetivos ligados a competências e habilidades específicas, as crianças sejam constituídas de hábitos ordenadamente organizados e listados pela Base.

Segundo Foucault, “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos” (Foucault, 2007, p. 29). Assim, tomando na recorrência enunciativa de cada excerto escolhido da BNCC, os enunciados que os discursos proferem nos dizem como se governa a um e a todos ao mesmo tempo. Começando pela condução das práticas docentes e objetivando com isso chegar à constituição de um determinado sujeito contemporâneo.

PEQUENAS CONSIDERAÇÕES

Ao apresentarmos, ainda que brevemente, a BNCC como uma política de investimento, destacamos que as práticas propostas no documento legal configuram uma rede específica de saber e poder que define e governa a educação das crianças na contemporaneidade. Essa análise é importante para compreender o governo da docência na Educação Infantil, uma vez que, essas concepções regulam a prática docente e as formas de exercer a docência na primeira etapa da Educação Básica.

[...] a docência é produzida por meio de um conjunto de saberes, normas e práticas específicas. Esses saberes e normas são instituídos a partir das condições políticas de um determinado tempo. Assim, pensar a constituição da docência implica em um mapeamento dos modos de regulação dessa atividade (Silva, 2014, p. 410).

Pensar nas condições contemporâneas de formação humana implica em examinar os jogos de verdade que mobilizam a constituição da docência na Educação Infantil, uma vez que estas, estão imersas em inúmeros deslocamentos. Como já exposto ao longo do trabalho, esses deslocamentos podem ser analisados a partir das formas de governar, constituídos ao longo dos séculos.

Diante do mundo globalizado, acreditamos que a Base Nacional Comum Curricular busca orientar a organização do trabalho pedagógico com crianças, seguindo normalidades engendradas na lógica da racionalidade neoliberal. E como dito no artigo não somos contrários a oportunidades de desenvolvimento que sejam resguardadas a todas as crianças do país independente da região onde morem. Nos inquieta e nos faz estabelecer uma hipercrítica quando um conjunto de listagens em objetivos de competências e habilidades necessárias se tornam a verdade curricular. Para isso o governo da docência se torna estrategicamente importante. Para conseguir resultados que governem a todos e a cada um.

Nesse sentido, na medida que a Base desconsidera as múltiplas infâncias, podemos compreender que, ao incorporar conhecimentos universalizantes para todos os sujeitos da Educação Infantil, a BNCC procura por meio do governo biopolítico o controle populacional. Para tanto, se utiliza do discurso dos campos de experiência, amplamente aceitos no campo da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ANFLOR, Patrícia Santos; SANTAIANA, Rochele da Silva. Base Nacional Comum Curricular: estratégias de governo dos infantes e das práticas pedagógicas docentes. *Textura – Revista de Educação e Letras*, v. 22, n. 51, p. 317-338, jul./set. 2020.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor & por força**: rotinas na Educação Infantil. 2000. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253489>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parecer nº 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **Seminário nacional: currículo em movimento**, 1., 2010. Belo Horizonte: Ministério da Educação, 2010. v. 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16110-i-seminario-nacional-docurriculo-em-movimento>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular** [...]. Brasília: MEC/CNE/CP, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRODT, Roberta Monteiro. Comportamento desviante e medicalização da infância: Algumas problematizações. In: LOCKMANN, Kamila (org.). **Infância(s), educação e governo**. Rio Grande: Editora da FURG, v. 12. 2013.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e poder: breves sugestões para uma agenda de pesquisa. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 179–196.

CAMPOS, Roselane de Fátima; DURLI, Zenilde; CAMPOS, Rosância. BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores. **Retratos da Escola**, v. 13, p. 170, 2019.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **A invenção do pedagogo generalista: problematizando discursos implicados no governo de professores em formação**. 2011. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36334>. Acesso em: 18 maio 2023.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. O infraordinário na docência com crianças na educação infantil. In: SANTIAGO, Flávio; MOURA, Taís Aparecida de (org.). **Infâncias e docências: descobertas e desafios de tornar-se professora e professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; FOCHI, Paulo Sergio. A pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 100, p. 15–19, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174272/001057561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jul. 2021.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; BERNARDO, Gertrudes Angélica Vargas; LOPES, Amanda de Oliveira. Educação infantil pós-BNCC e a produção do neossujeito docente em documentos curriculares municipais. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. 33,

p. 33–57, set./dez. 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p33-57. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/debateseducacao/article/view/12639>. Acesso em: 5 fev. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2017. (Curso do Collège de France, 01 de fevereiro de 1978.).

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GERHARDT, Cláudio; SANTAIANA, Rochele da Silva. A BNCC como estratégia de governo da educação brasileira. In: seminário brasileiro de estudos culturais e educação, 8.; Seminário internacional de estudos culturais e educação, 5., 2019, Canoas, RS. **Anais eletrônicos [...]**. Canoas: [s.n.], 2019.

HORN, Cláudia Inês; FABRIS, Elí Henn. Registro Docente Contemporâneo: infância e docência em tempos digitais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1103–1122, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JwSbtVB9wbDYhZ9BXSy8mMm/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

JUNIOR, Luiz Martins; DIAS, Julice; VOOS, Jordelina Beatriz Anacleto. Entrecruzando a Base Comum Curricular e a formação de professores da Educação Infantil. **TEXTURA – Revista de Educação e Letras**, Canoas, v. 22, n. 50, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5476>. Acesso em: 22 fev. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39–58, jan./maio 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/967>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MOTA, Maria Renata Alonso. A BNCC e a Educação Infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem. In: **ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. 39ª Reunião Nacional da ANPEd, 2019, GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Trabalho apresentado na 39ª Reunião Nacional da ANPEd, 2019.

OLIVEIRA, Priscila Olete de. **A Base Nacional Comum Curricular**: um instrumento curricular contemporâneo de gestão pedagógica performativa. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2020. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/403b9ddd6a6599b77c309450d54b7898.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RICHTER, Ana Cristina. **Biopolítica e governamentalidade na infância**: uma leitura das políticas educacionais contemporâneas para a Educação Infantil. 2013. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/30345>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SANTAIANA, Rochele da Silva; SILVA, Veronice Camargo da; GONÇALVES, Laila Gabrielle Naymaer. Governo da infância: uma análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. especial, p. 1183-1203, ago. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

SILVA, Mozart Linhares da; FREITAS, Josí Aparecida de. A Base Nacional Comum Curricular e a arte neoliberal de governar a Educação no Brasil. **Educativa – Revista de Educação**, Goiânia, v. 23, p. e8097–e8097, 2020. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/8097>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Docência, governo e verdade: elementos para uma análise anarqueológica. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 21, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/4308>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SILVA, Marcelo Oliveira da; CARVALHO, Rodrigo Saballa de; LOPES, Amanda de Oliveira. Os manuais e a pedagogização da docência na educação infantil. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 177-191, maio/ago. 2021.

TRAVERSINI, Clarice Salete; MELLO, Darlize Teixeira de. A Base Nacional Comum Curricular: olhares sobre os desafios da implementação do currículo nacional normativo em vigor no Brasil. **TEXTURA – Revista de Educação e Letras**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 3–18, abr./jun. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13–34.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo e educação: os desafios do precariado. In: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar a educação. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/Cnpq, 2018. p. 33–44.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 49–56.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: TENSÕES ENTRE O CONTEXTO POLÍTICO E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

National Common Curriculum Base: tensions between the political context and teaching in Early Childhood Education

Andreia do Nascimento Santos

Mestre em Educação
Doutoranda em Educação
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Educação
Osório, Brasil
andreia-santos@uergs.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4843-5025> 

Rochele da Silva Santaiana

Doutora em Educação
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Educação
Osório, Brasil
lrochele-santaiana@uergs.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0002-1825-0097>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Colombo, 992, Bairro Santa Luzia, Osório, RS, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Integral e currículo: dispositivos e configurações dos tempos e espaços escolares / GPEIC, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Uergs (PPGED-MP).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: R. S. Santaiana, A. N. Santos.

Coleta de dados: A. N. Santos.

Análise de dados: R. S. Santaiana, A. N. Santos.

Discussão dos resultados: R. S. Santaiana, A. N. Santos.

Revisão e aprovação: R. S. Santaiana

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o

devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 21-01-2025 – Aprovado em: 01-02-2026